



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

CURSO DE LICENCIATURA EM JORNALISMO

TRABALHO DE CULMINAÇÃO DO CURSO

Tema: Comunicação Popular no Exercício da Cidadania: o envolvimento da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU e o seu impacto no público-alvo

Autor: António Francisco Geraldo Gaveta

Supervisor: Prof. Doutor Afonso Vaz Vassoa

Maputo, Dezembro de 2018

António Francisco Geraldo Gaveta

Comunicação Popular no Exercício da Cidadania: o envolvimento da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU e o seu impacto no público-alvo

Trabalho do fim do curso apresentado à Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Jornalismo.

Supervisor: Prof. Doutor Afonso Vaz Vassoa

Maputo, Dezembro de 2018

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho nunca foi usado para a obtenção de qualquer outro grau acadêmico que não seja o de licenciatura em Jornalismo na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane, e constitui fruto do meu estudo e pesquisa e, por ser verdade, estão no texto as citações e na referência bibliográfica as fontes utilizadas.

(António Francisco Geraldo Gaveta)

DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR

Declaro por minha honra que este trabalho de monografia é da autoria do estudante António Francisco Geraldo Gaveta, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. Eu supervisionei a realização do trabalho e aprovo a sua qualidade para a defesa pública nesta Escola.

Maputo, Dezembro de 2018

(Afonso Vaz Vassoa)

DEDICATÓRIA

A Jesus Cristo, à Universidade Eduardo Mondlane e aos meus professores David Marshall, Dylan Campbell e a Saint Peter's Church, que acreditaram em mim e investiram na minha formação.

Amo-vos!

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai, Deus Filho – Jesus Cristo – e Deus Santo Espírito, vão os meus profundos agradecimentos pela protecção e apoio incondicionais durante a minha formação, tornando-me, desta feita, o primeiro filho licenciado da família Geraldo.

À minha mãe Cicília Jossefo pelo cuidado, carinho e encorajamento na minha carreira estudantil, visto que, mesmo depois da morte do meu pai, Francisco Geraldo, não desistiu de me apoiar e motivar na progressão dos meus estudos, embora tivesse encarado circunstâncias adversas.

À minha irmã Laurina Manhaije e meu cunhado Ucapa Luís pelo acolhimento e apoio incondicionais durante o ensino básico e médio no Posto Administrativo de Estaquinha, distrito do Búzi, província de Sofala.

Ao mano Filipe Muzochireva e à cunhada Constância por toda a assistência prestada durante o ensino médio.

À minha linda e prezada esposa, Cristina João Jeque Gaveta, que acreditou e esperou até à conclusão do meu curso.

Ao meu supervisor Prof. Doutor Afonso Vaz Vassoa pelo aprendizado, paciência e encorajamento durante a produção desta monografia.

Aos meus amicíssimos Alberto Daniel, Abú Choe e aos colegas do curso da turma “2013” pelo carinho e apoio durante os quatro anos de formação.

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a conclusão do meu curso, vai o meu imenso e profundo agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho estudou a *Comunicação Popular no Exercício da Cidadania - O Envolvimento da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais - ADECRU e o seu Impacto no Público-alvo*. O objectivo principal deste estudo foi compreender em que medida a ADECRU faz uso dos princípios norteadores da comunicação popular no âmbito das suas actividades nas comunidades rurais onde esta organização tem o maior enfoque. A análise e interpretação dos dados fez-se com base numa abordagem metodológica mista, ou seja, qualitativa e quantitativa. Para a colecta de dados esta pesquisa recorreu às técnicas de entrevista, observação e documental. Durante a pesquisa, percebeu-se que a ADECRU carece de uma política e estratégia de comunicação para o alcance dos resultados desejados a fim de que a sua comunicação de cariz popular seja mais eficiente e eficaz. Aliado a esse aspecto, a ADECRU apenas tem Website, blog e Facebook; as redes sociais de que a ADECRU dispõe não são de domínio do seu público-alvo, daí a necessidade de existência da televisão e rádio nas comunidades onde esta organização opera, com vista a permitir que as comunidades rurais sejam mais protagonistas na luta pelos seus direitos. Em consonância com a constatação acima, compreendeu-se que a maior parte da população beneficiária das actividades da ADECRU não tem consumido as publicações feitas por esta organização e poucas pessoas têm participado na planificação, divulgação e avaliação dos resultados publicados, limitando-se apenas em participar na execução das actividades.

Palavras-chave: Comunicação Popular, meios de comunicação, participação e ADECRU.

ABSTRACT

The present work studied the Popular Communication in the Exercise of Citizenship – the Involvement of Academic Action for the Development of Rural Communities-ADECRU and its Impact on the Target Audience. This study aimed to understand to what extent ADECRU uses the guiding principles of the Popular Communication in the scope of its activities in the rural communities where this organization has the greater focus. For this purpose, this research used the techniques of interview, observation and documentation. The data analysis and interpretation was based in mixed approaches, namely qualitative and quantitative. During the research it was realized that ADECRU lacks a communication policy and strategy to achieve the desired results so that its popular communication can be more efficient and effective. Allied to this aspect, ADECRU only has a website, blog and Facebook, but it does not have a community television and radio station to broadcast in local languages in order to allow the population to be more protagonist in the fight for their rights. The social media that ADECRU has are not the domain of its target audience, hence the need for television and radio in the communities where this organization operates. In accordance with the foregoing, it was understood that the majority population benefiting from ADECRU's activities is not consuming the publications made by this organization and few of them participate in the planning, dissemination and evaluation of published results, but only participate in the activities.

Keywords: Popular communication, *media*, participation and ADECRU.

ÍNDICE

Declaração de Honra.....	II
Declaração do Supervisor.....	III
Dedicatória.....	IV
Agradecimentos.....	V
Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema.....	3
1.2 Justificativa.....	5
1.3 Objectivos.....	6
1.3.1 Objectivo geral.....	6
1.3.2 Objectivos específicos.....	7
1.4. Hipóteses.....	7
CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CONCEPTUAL.....	8
2.2 Historial do surgimento das organizações da sociedade civil e o seu papel em Moçambique ...	11
2.3 O surgimento da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais.....	12
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	16
3.1 Quadro de categorias para colecta e análise de dados.....	17
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	20
4.2 Análise de Conteúdo dos Artigos Publicados pela ADECRU.....	25
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a comunicação desempenhou um papel importante no dia-a-dia da comunidade primitiva. À medida que o Homem foi evoluindo, a maneira de se comunicar também foi mudando.

Diferentemente da Era Primitiva, em que o homem se comunicava por meio de pinturas rupestres e outras formas rudimentares de expressão humana, actualmente o cenário mudou. Tudo começou com a invenção de prensa tipográfica por Gutemberg no século XV. Daí para diante, seguiram-se a rádio, a televisão, o telefone e, agora, mais do que nunca, o homem encontra-se na Era da Internet.

Este trabalho, intitulado *Comunicação Popular no Exercício da Cidadania - O Envolvimento da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU e o seu Impacto no Público-alvo*, tem por objectivo analisar em que medida a comunicação desenvolvida pela ADECRU, uma organização da sociedade civil fundada em 2007, respeita os princípios norteadores da comunicação popular defendida por Peruzzo (1998, P.119) e impacta na vida das comunidades.

A comunicação popular, iniciada na América Latina com particular destaque para o Brasil, visa colocar as preocupações da maioria que se encontra em condições deploráveis em primeiro lugar, facto que a *media* convencional não faz com afinco devido aos seus condicionalismos mercadológicos.

Neste contexto, os pressupostos da comunicação popular apresentados por Peruzzo (1998, P.119) *expressão de um contexto de luta (libertadora); espaço de expressão democrática; povo como protagonista fulcral; e portadora de conteúdos críticos e reivindicativos* desempenharam um papel-chave no presente trabalho porque serviram de categorias de análise e interpretação de dados.

Uma das principais características da comunicação popular, segundo Peruzzo (2006, P.4), é a expressão de lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos

movimentos populares e representa um espaço de participação democrática do povo; possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o povo como protagonista, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento sócio-político das classes subalternas para externar a sua concepção de mundo, os seus anseios e compromissos na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Quanto à metodologia, esta pesquisa privilegiou uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) e para a colecta de dados recorreu-se à técnica de observação (uma vez que o autor visitou e conviveu com os pontos focais entrevistados), pesquisa documental e entrevistas às populações das províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Nampula, onde a ADECRU tem maior incidência em suas actividades. Nas quatro províncias usou-se apenas as técnicas de observação, e entrevistas para a colecta de dados e a pesquisa documental consistiu na colecta dos documentos da organização. Para a interpretação de dados, utilizou-se a técnica de análise de dados estatísticos e análise de conteúdo.

Em termos de organização este trabalho conta com quatro capítulos nomeadamente introdução, revisão bibliográfica e conceptual, metodologia e apresentação de resultados e análise e interpretação de dados.

1.1. Problema

A comunicação popular, segundo Peruzzo (2006, P.4), caracteriza-se como uma expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representa um espaço para a participação democrática do povo. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o povo como protagonista, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento sócio-político das classes subalternas para externar a sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. Neste sentido, a comunicação popular obedece quatro (4) princípios-chave: a) **expressão de um contexto de luta (libertadora)**; b) **espaço de expressão democrática**; c) **povo como protagonista fulcral**; e d) **portadora de conteúdos críticos e reivindicativos**.

KAPLÚN (1985, P.7), por sua vez, ao se referir da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista. Ressaltando os aspectos educativos desse tipo de processo de comunicação, este autor esclarece que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão” ou ainda “para gerar uma discussão.” Os meios de comunicação, nessa perspectiva, são concebidos como instrumentos para uma educação popular e alimentadores de um processo educativo transformador.

Para Peruzzo (2006, P.2), esta comunicação foi também denominada de participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o facto de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir os seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.

Essa participação a que a autora fala, no contexto da organização Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais - ADECRU, agora em estudo, faz-se com recurso a reuniões, oficinas comunitárias, envolvendo até outras organizações para discutirem as demandas da população rural. As comunidades rurais têm sido o palco primordial de pauta de luta desta

organização, com vista a levá-las a compreender o seu direito de cidadania, ou seja, de exigirem a materialização dos seus direitos.

A ADECRU tem como objectivo principal tornar-se num movimento popular e, no âmbito das suas actividades de advocacia e engajamento democrático das comunidades rurais, seu grupo-alvo, propõe-se a desenvolver uma comunicação fundamentada nos problemas que apoquentam a população, consubstanciando os pressupostos da comunicação popular.

Porém, esta organização (ADECRU) carece de uma política (conjunto sistematizado de princípios, valores e diretrizes com a finalidade de orientar o seu relacionamento com os seus públicos-alvo) e estratégias (ferramentas ou meios com vista a evidenciar sua missão no seu público-alvo) de comunicação e, em função disso, tem tido dificuldades em explorar os resultados das suas actividades, o que a impede, igualmente, de dar um *feedback* objectivo e em tempo útil aos seus parceiros, incluindo a população.

Deste modo, por via de todos os argumentos aqui expostos, torna-se pertinente apresentar a seguinte **pergunta de partida**:

- ❖ *Até que ponto a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU faz o uso dos princípios norteadores da comunicação popular no âmbito das suas actividades nas comunidades rurais?*

1.2. Justificativa

A comunicação sempre desempenhou um papel importante no fortalecimento de qualquer sistema democrático. É através dos *mass media* que os diversos dispositivos legais e informações chegam ao conhecimento do público, e as pessoas conseguem ter um domínio na interpretação dos direitos fundamentais da vida.

Actualmente, devido à atracção e implementação de muitos investimentos, em Moçambique, para além de haver benefícios, os lugares que assistem ao avanço das actividades desses mega-projectos (a título de exemplo, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica) sofrem também alguns impactos nefastos. Dos diversos problemas que assolam as comunidades, destaca-se, na sua maioria, a usurpação de terras e o incumprimento de promessas diversas, como, por exemplo, a não realização de actividades enquadradas no lote de responsabilidade social.

No entanto, a *media* pouco faz para promover o direito dessas comunidades rurais, denunciando as atrocidades cometidas para a intervenção das autoridades competentes, daí que a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU entra com o seu papel de defesa à população, através da comunicação popular, que consiste num diálogo e troca de ideias com a população rural.

Aliás, a génese da comunicação popular sempre consistiu na libertação das classes que estão em luta por melhores condições de vida. Este tipo de comunicação surge como uma alternativa para fazer face aos *media* convencionais (meios de comunicação massivos) que, geralmente, pouco se preocupam em ir até aos lugares recônditos a fim de reportar as demandas da população rural.

Foi no corolário de todos os factores acima expostos que surgiu a necessidade de estudar a comunicação desenvolvida pela ADECRU, com vista a apurar se se pode considerar popular ou não à luz dos pressupostos teóricos da autora Peruzzo (1998, P.119): a) ***expressão de um contexto de luta (libertadora)***; b) ***espaço de expressão democrática***; c) ***povo como protagonista fulcral*** e; d) ***portadora de conteúdos críticos e reivindicativos***.

Espera-se que esta pesquisa possa ser útil para a ADECRU, porque vai ajudar a vislumbrar a necessidade de haver política e estratégias de comunicação claras para o melhor desempenho desta organização. Outra razão relevante para a realização desta pesquisa tem a ver com a falta de interesse desta organização em explorar os resultados (*feedback*) de suas acções no campo de comunicação, daí que este estudo poderá despertar atenção e espelhar as reais necessidades que existem para um fluxo comunicacional eficiente e eficaz.

Por sua vez, as comunidades, através desta pesquisa, poderão compreender melhor o que a ADECRU faz (uma vez que esta pesquisa será divulgada nas comunidades), facto que lhes permitirá o acompanhamento posterior das actividades que serão realizadas por esta organização; Igualmente, com esta pesquisa, a ADECRU conhecerá os seus pontos fracos e fortes (dado que os resultados deste estudo serão partilhados à instituição), o que fará com que esta organização desenhe a sua estratégia de comunicação.

No campo académico, os resultados da pesquisa poderão trazer alguns pressupostos que ajudarão no desenvolvimento de pesquisas similares, porque em Moçambique poucos estudos são feitos em torno da comunicação popular ao nível das organizações da sociedade civil.

Por fim, em termos gerais, este estudo torna-se relevante para a academia, visto que poderá ampliar o espectro de compreensão da comunicação desenvolvida pelas organizações ou movimentos sociais e o seu impacto nos públicos-alvo uma vez que esta pesquisa estará disponível na biblioteca da Escola de Comunicação e Artes (ECA) e na Internet.

A realização deste trabalho foi da iniciativa do pesquisador para beneficiar tanto a academia quanto a ADECRU e seu grupo-alvo.

1.3. Objectivos

1.3.1 Objectivo geral

- ❖ Compreender em que medida a organização Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU – faz uso dos princípios norteadores da comunicação popular no decurso das suas actividades nas comunidades rurais.

1.3.2 Objectivos específicos

- ❖ Apurar se as comunidades consomem ou não as publicações feitas pela ADECRU;
- ❖ Verificar se os conteúdos publicados pela ADECRU são de carácter de denúncia das condições reais de vida das comunidades rurais;
- ❖ Examinar se as actividades da ADECRU estão vinculadas aos interesses da população e se esta participa de forma activa na planificação, execução, avaliação e divulgação dos resultados.

1.4. Hipóteses

- ❖ **Hipótese A:** O público-alvo da ADCERU tem dificuldades em participar de forma activa na planificação, execução, avaliação e divulgação dos resultados das actividades desenvolvidas por esta organização nas comunidades rurais;
- ❖ **Hipótese B:** As comunidades rurais ficam à margem do protagonismo no processo de elaboração e consumo das publicações da ADECRU;
- ❖ **Hipótese C:** Os conteúdos publicados pela ADECRU são de carácter de denúncia das condições reais de vida das comunidades rurais, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo colectivo.

CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CONCEPTUAL

2.1 Comunicação de Massas versus Comunicação Popular

Não há como se falar da comunicação popular sem se olhar para a América Latina, particularmente o Brasil, porque esta área da *media* surgiu nesse continente através dos movimentos sociais e organizações. Esse tipo de comunicação emergiu da necessidade de as organizações quererem uma transformação social, sem depender necessariamente dos grandes oligopólios mediáticos.

Para Peruzzo (1998, P.127), diferentemente da comunicação desenvolvida pela *media* convencional, a comunicação popular tem como protagonistas o próprio povo e/ou as organizações a ele ligadas.

A mesma autora defende ainda que a comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação e tem a sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 a 1980, no Brasil, na América Latina e no mundo todo, a qual não se caracteriza como um tipo qualquer de *media*, mas como um processo de comunicação que emerge da acção dos grupos populares. Essa acção tem carácter mobilizador colectivo na figura dos movimentos e organizações populares que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.

A comunicação popular surge como uma alternativa para fazer face aos meios de comunicação social convencionais que, geralmente, sofrem imposições de interesses dos que detêm o poder económico e político, facto que faz com que os mesmos não respondam necessariamente aos anseios e às demandas das classes desfavorecidas da sociedade.

Para que haja uma expressão da vontade do povo, precisa-se de uma democracia efectiva nos *mass media*. Sobre este assunto, Guareschi (2007, P.12) entende que a democracia implica a soberania popular e a distribuição equitativa dos poderes. Os meios de comunicação fazem parte desses poderes. Para que haja democracia numa sociedade, é necessário que haja democracia também no exercício de poder comunicar.

Segundo Festa (1984, P.234), quando se fala da comunicação popular, refere-se ao modo de expressão das classes populares de acordo com a sua capacidade de actuar sobre o contexto social na qual se reproduz. Esta comunicação está dentro do contexto de lutas de classes.

Como diz OTRE (2006, *apud* PERUZZO 1995, pág.7), a comunicação popular é portadora de um conteúdo da realidade e reivindica a construção de uma sociedade mais justa. Como produto de uma situação concreta, o seu conteúdo nos últimos anos é essencialmente composto por denúncias sobre as condições reais de vida, críticas às estruturas de poder geradoras das desigualdades, convite à participação e organização, reivindicações de acesso a bens de consumo colectivo, etc.

Ao falar da comunicação popular, Reimberg (2000, P. 1) diz que esta comunicação “deve contribuir para a construção da cidadania na comunidade” – essa é a essência desse tipo de comunicação. Para esta autora, essa comunicação efectua-se num lugar específico, “as comunidades são os espaços propícios para a realização da comunicação popular, sejam como receptoras da mensagem sejam como construtoras da mesma.” A comunicação popular seria uma alternativa para informar as comunidades sobre a questão da cidadania, o que pressupõe a existência da democracia.

Ligado a este assunto, Manzini-covre (1993, P.2) entende que a cidadania é o próprio direito à vida em sentido pleno, um direito que deve ser construído colectivamente. Na mesma linha de pensamento, ser cidadão significa ter direitos e deveres; vai muito além do direito de votar, por exemplo, que deve vir acompanhado de condições económicas, políticas, sociais e culturais. Nesse contexto, a constituição é um recurso para os cidadãos encaminharem e conquistarem propostas mais igualitárias.

No entanto, Manzini-covre (1993, p.10) sublinha que só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Nesse sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor; e o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento destes se estenda cada vez mais a toda população.

Peruzzo (1998, PP.130-131) entende que, na prática, os meios de comunicação popular, apesar de sua importância e de seu significado político, não chegam a se colocar como forças superadoras dos meios massivos (os meios de comunicação social convencionais). Os dois são complementares e não excludentes. Os grandes veículos, por um lado, fazem-se necessários e importantes no campo do divertimento e da informação, por exemplo, mas não conseguem suprir todas as necessidades em nível de movimentos sociais organizados. Os veículos de comunicação de massa não são, portanto, necessariamente, “perversos” com relação aos interesses populares. O facto é que a comunicação popular também pode valer-se deles.

O que a pesquisadora Peruzzo está a argumentar resulta do facto de muitos autores defenderem que a comunicação popular desenvolvida pelos movimentos sociais e organizações vem para fazer face aos meios mediáticos que nem sempre pautam pela mesma agenda em termos de cobertura daquilo que são as demandas das sociedades e deles próprios como órgãos sociais.

Ao contrário, Peruzzo chega a afirmar que este tipo de comunicação (a popular) surge como uma forma alternativa de comunicação face aos oligopólios mediáticos focados, geralmente nos seus interesses.

Em todo o caso, todos os autores acima citados convergem na compreensão de que a comunicação popular surge para dar uma esfera de discussão das demandas comunitárias, ou seja, a expectativa é de se dar voz aos que não a têm. Como diz Otre (2003, P. 2), a comunicação veiculada pelos *mass media*, que são todos os meios e plataformas pelas quais a comunicação flui desde imprensa, redes sociais, rádios, televisões, etc., aliena o receptor e o faz um ser passivo, como a comunicação que transmite ideologias dominantes e que não garante espaço para as minorias.

2.2 Historial do surgimento das organizações da sociedade civil e o seu papel em Moçambique

Moçambique é um país que tem longo percurso histórico-democrático. Depois da independência, em 1975, instaurou-se o regime do partido único – monopartidarismo –, sob a égide do presidente Samora Moisés Machel.

Nesse regime monopartidário, a liberdade de expressão era controlada e qualquer tentativa de manifestar uma ideia contrária ao Governo recebia, em troca, uma sanção ou medida coerciva. Esse receio por penalizações não facilitou o surgimento de movimentos sociais ou organizações da sociedade civil.

O sistema de partido único vigorou logo após a proclamação da independência, em 1975, até 1990. Foi precisamente em 1990 em que, pela primeira vez na história de Moçambique, a Assembleia monopartidária aprovou a primeira Constituição Multipartidária do País. Na sequência, em 1994, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias que, desde então, acontecem regularmente de cinco em cinco anos.

Foi com a aprovação da Constituição de 1990 que se ampliou mais o espectro da actuação da liberdade de expressão. Nesse mesmo ano, foi aprovada a Lei das Associações, daí que vertiginosamente começaram a surgir muitas organizações da sociedade civil.

Segundo Sogge (1997, P.6), em Moçambique, desde o período colonial até ao monopartidário, o conceito de sociedade civil foi estabelecido numa abordagem “top-down” (uma criação de cima para baixo), o que *a priori* dificultou o surgimento de uma sociedade civil voltada para uma participação política, que se pode exercer pressão e influenciar as políticas públicas. A relação Estado/sociedade civil sempre foi marcada pela natureza do exercício do poder político vigente, isto é, a influência da sociedade civil nas políticas públicas foi sempre posta a reboque dos constrangimentos e incentivos do sistema político em vigor.

Ribeiro e Cunha (2002, P.4) afirmam que, no princípio das actividades, a prioridade da actuação das ONG’s centrava-se nos programas de emergência e/ou de ajuda humanitária às vítimas dos diversos desastres naturais. Com o actual contexto de estabilidade política e social, as

ONG's têm-se envolvido em projectos com maior sustentabilidade local, reactivando a produção e a integração social e económica dos estratos sociais da população mais vulneráveis, com destaque para públicos-alvo urbanos e peri-urbanos.

Até ao Censo de 2004, o Instituto Nacional de Estatísticas concluiu que existiam, na altura, 4.853 associações registadas formalmente em Moçambique.

Segundo Homerin (2005, P.12), a sociedade civil refere-se habitualmente às formas de organizações dos cidadãos que não se inserem nem no sector público nem no privado, ou seja, globalmente, o meio associativo. O mesmo autor ressalva que esta percepção levou a União Europeia a propor o conceito de **Actores Não Estatais** (ANE), tais como são designados pelo artigo 6 do acordo de parceria assinado entre a União Europeia e os países da África-Caribe-Pacífico (ACP), em 2000 (Acordo de Cotonou).

No acordo acima referido, os ANE são organizações nascidas da vontade dos cidadãos, com ou sem fins lucrativos, independentes do Estado, e cujo objectivo é promover um tema ou defender interesses supostamente comuns a uma maioria de cidadãos. Na presente pesquisa, esta é a definição adoptada por ser a mais próxima à definição de “*organizações da sociedade civil*”.

No que concerne à base de sustentabilidade financeira, perto de 70% das organizações da sociedade civil (OSC) moçambicanas sobrevivem da dependência de fundos externos, acto que põe em causa ou periga a sua continuidade, diz Homerin (2005, P.21).

As OSC de Moçambique são regidas fundamentalmente à luz dos artigos 74, 76 e 90 da Constituição da República.

2.3 O surgimento da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais

A história do surgimento da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) – como organização, a sua visão, missão e principais lutas que constituem seus objectivos primordiais – ajuda a compreender a linha ideológica da comunicação desta

organização com o seu grupo-alvo (comunidades rurais), a qual está assente nos interesses pelas principais lutas desta camada.

A preocupação desta organização está fundamentada no engajamento das comunidades rurais, com vista a lidarem com os seus desafios, daí que compreender a existência da ADECRU constitui um pressuposto fundamental para a compreensão da razão do tipo de comunicação de cariz popular que se desenvolve nas comunidades, ainda que careça de alguns instrumentos.

Em 2007, foi fundado o Movimento Académico de Chibabava (MAC)¹ na Residência Universitária N° 6 (Tangará) da Universidade Eduardo Mondlane, constituído, na sua maioria, por jovens provenientes do distrito de Chibabava, província de Sofala.

No dia 27 de Setembro de 2008, realizou-se a primeira Assembleia-Geral extraordinária, da qual resultou a discussão e alteração do nome MAC e aprovação dos estatutos e eleição dos representantes dos órgãos sociais. Neste contexto, o MAC transformou-se na actual Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), congregando jovens estudantes universitários e militantes² provenientes dos vários quadrantes do meio rural do País.

Esta organização foi reconhecida como pessoa jurídica pelo Despacho da então Ministra da Justiça, Maria Benvinda Delfina Levy, em 18 de Dezembro de 2008, sendo que em 16 de Julho de 2009 foi atribuída a Certidão com o Número Único da Entidade Legal 100108909.

Actualmente, a ADECRU é constituída por jovens, na sua maioria provenientes do meio rural, sendo 42 no seu todo, dos quais 12 mulheres e 30 homens, maioritariamente baseados nas províncias. Juntam-se a estes membros, militantes que se encontram nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Gaza e Maputo. O sonho da ADECRU é tornar-se numa organização com membros em todo o território nacional, resultante de uma acção e engajamento popular e mobilizadora, que converta num amplo e verdadeiro movimento de base e poder popular de jovens rurais (*Plano Estratégico 2016-2020 da ADECRU*).

¹ A mudança de nome do MAC para ADECRU deveu-se fundamentalmente à necessidade de tornar a agremiação mais aberta de inclusão de “possibilidade de surgimento de forças e energias diferentes.” Militantes são activistas, ou seja, pessoas que se juntam à causa da ADECRU sem vínculo contratual.

▪ **Visão da ADECRU:**

“Comunidades rurais protagonistas e mais activas na definição, priorização, implementação e avaliação de acções inerentes ao seu soberano desenvolvimento sócio-político, económico e cultural.”

▪ **Missão da ADECRU:**

“Impulsionar os focos da consciência cidadã e a agenda soberana de desenvolvimento local, promovendo maior envolvimento e interacção entre os vários actores nacionais e internacionais em prol do desenvolvimento solidário e justo das comunidades rurais.”

▪ **Valores da ADECRU:**

“Sentido de pertença comunitária, cooperação comunitária, responsabilidade e integridade, respeito pela diversidade do conhecimento e saber comunitário, realismo, transparência, democraticidade e justiça, autonomia, independência, competência e coordenação, solidariedade e humanismo.”

Objectivos da ADECRU

Objectivo Geral:

“Lutar pelo engajamento democrático e inserção produtiva de diversos actores comunitários na construção de um poder popular e uma agenda soberana de desenvolvimento sociopolítico, económico e cultural das comunidades rurais.”

Objectivos Específicos da ADECRU

Constituem objectivos específicos / operacionais os seguintes:

1. “Fortalecer a institucionalização da ADECRU e suas estruturas de base, inspirando a construção de um movimento popular.”
2. “Propor e influenciar as políticas públicas e programas de desenvolvimento para as comunidades rurais.”

3. “Lutar pelos direitos, interesses e aspirações genuínas das comunidades rurais para o controlo e domínio colectivo de terras, água, riquezas naturais e patrimónios culturais e históricos comuns dos povos.”
4. “Forjar e dinamizar a luta pelo reconhecimento e inserção de agenda soberana da juventude e das mulheres rurais nas prioridades governativas e de desenvolvimento do País”
(Plano Estratégico 2016-2020 da ADECRU).

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Quanto à natureza, a presente pesquisa incidiu na abordagem mista, isto é, qualitativa e quantitativa, uma vez que estas duas vertentes funcionam em paralelo nesta investigação, onde foram objectos de análise actividades comunitárias realizadas pela ADECRU, assentes numa comunicação de carácter popular nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Nampula.

No que concerne às técnicas de colecta de dados, esta pesquisa baseou-se na observação (uma vez que o autor visitou e conviveu com os pontos focais entrevistados), pesquisa documental e entrevistas telefónicas. A primeira técnica ajudou a apurar o envolvimento das comunidades rurais no processo de planificação, execução, divulgação e avaliação das actividades.

A pesquisa documental consistiu na colecção de artigos jornalísticos e plano estratégico da ADECRU com vista a analisar até que ponto os conteúdos dos artigos são críticos-emancipadores e manifestam expressão de um contexto de luta em consonância com os objectivos do Plano Estratégico institucional.

Com base na amostra aleatória simples, as entrevistas foram feitas telefonicamente a 61 pessoas das províncias de Sofala (10), Manica (16), Zambézia (19) e Nampula (16 pessoas) num universo de 120 pessoas que constituem pontos focais. As entrevistas tinham por objectivo apurar em que medida o público-alvo é actor principal em todo processo da actuação da ADECRU. A escolha dessas províncias deveu-se ao facto de serem os principais focos de incidência das actividades da ADECRU, embora esta organização esteja a procurar sua inserção efectiva a nível nacional.

No entanto, para a análise de dados adoptou-se a técnica de análise estatística de dados (dados quantitativos) e análise de conteúdo (dados qualitativos). Segundo GERHARDT e SILVEIRA (2009, pág. 81 e 82) a análise estatística de dados consiste no processamento de dados, os quais podem estar apresentados em gráficos ou tabela para a sua interpretação; e a análise de conteúdo, no argumento desses autores, permite fazer inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens. No contexto desta pesquisa, esta

técnica permitiu aferir se o teor dos materiais produzidos por ADECRU são, efectivamente, crítico-emancipadores. Outrossim, aferiu-se até que ponto os conteúdos das publicações desta organização reflectem uma expressão de contexto de luta e espaço de expressão democrática, tendo a população como o seu actor principal das actividades.

3.1 Quadro de categorias para colecta e análise de dados

Nesta pesquisa, os pressupostos-base para a construção de quadro de categorias para colecta e análise de dados estão assentes na teoria sobre comunicação popular, sugerida por PERUZZO (1998, P.119). De acordo com esta autora, a comunicação popular constitui um meio alternativo das classes subalternas que lutam pelas melhores condições de vida. Este tipo de comunicação é considerado como libertador, revolucionário, portador de conteúdos críticos e reivindicativos, capazes de conduzir a transformação social.

Para que se atinjam estes traços de comunicação popular, a autora acima referida sugere que a *expressão seja num contexto de luta*, que o *conteúdo seja crítico e emancipador*, que haja *espaço de expressão democrática* e que o *povo seja protagonista nos dois polos (fonte/emissor e receptor)*.

Neste sentido, é apresentado o quadro de categorias para a colecta, análise e interpretação de dados que foram recolhidos através de entrevistas aos militantes (activistas) das comunidades rurais onde a ADECRU actua. Igualmente foram recolhidos dados, com recurso à observação e análise dos conteúdos de artigos e documentos estatutários desta organização.

QUADRO DE CATEGORIAS PARA A COLECTA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Princípios e características da Comunicação Popular (Peruzzo, 1998)	Princípio/Categoria	Características/Descrição
	Expressão de um contexto de luta	A expressão de um contexto de luta desenvolve-se no bojo da educação popular libertadora, “ligada à luta do povo” contra a degradação das condições de existência e pela defesa da vida.
	Conteúdo crítico-emancipador	Conteúdo crítico-emancipador encerra uma crítica da realidade e um anseio de emancipação, na luta por uma sociedade justa. Os conteúdos jornalísticos são de carácter de denúncias das condições reais de vida, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo colectivo.
	Espaço de expressão democrática	Espaço de expressão democrática consiste em comunicação democrática, vinculada aos interesses dos segmentos subalternos da população, em que esta mesma população participa de forma activa na planificação, execução, avaliação e divulgação dos resultados, e em que esta mesma população tenha benefícios dos resultados adquiridos.
	O Povo como protagonista (nos dois polos: fonte/emissor e o receptor) e o centro das atenções	A comunicação popular tem como protagonista o próprio povo ou as organizações e pessoas ligadas.

Por um lado, para a verificação da ocorrência ou não destes pressupostos nas comunidades onde a ADECRU desenvolve as suas actividades, foi elaborado um guião de entrevistas, com o seguinte teor:

Tem participado na planificação e execução das actividades da ADECRU? Esta pergunta visa apurar em que medida as comunidades participam na planificação, execução, divulgação e avaliação dos resultados respondendo à categoria **“Espaço de expressão democrática.”**

Qual é a importância da ADECRU para a comunidade? O objectivo principal é apurar o contributo desta organização para a vida das comunidades rurais.

E, para se aferir a efectividade da categoria **“O Povo como protagonista,”** ou seja, em que medida as comunidades rurais são protagonistas nas suas lutas, foram elaboradas as seguintes perguntas:

Já viu as publicações da ADECRU?

Alguma vez ouviu as vossas preocupações a serem veiculadas na rádio, jornal ou televisão?

Quando estão nos encontros, quem apresenta os problemas e necessidades das populações?

Identificados os problemas e as necessidades, quem os apresenta ao governo local ou a outros árbitros?

Qual é frequência de contacto entre a ADECRU e a comunidade?

No entanto, as categorias **“Expressão de um contexto de luta”** e **“Conteúdo crítico-emancipador”** são respondidas na análise de conteúdos de artigos jornalísticos publicados nas plataformas digitais da ADECRU, com destaque para o *blog*, *website* e *facebook*. A análise de conteúdos vai complementar as informações obtidas via entrevistas e observação.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Conforme foi referido no problema, este trabalho tem por objectivo compreender em que medida a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU faz uso dos princípios norteadores da comunicação popular no âmbito das suas actividades nas comunidades rurais. Para o efeito, neste capítulo, é feita a análise e interpretação dos dados colhidos durante a pesquisa.

4.1 Análise e interpretação de dados colhidos na base de entrevistas via telefone

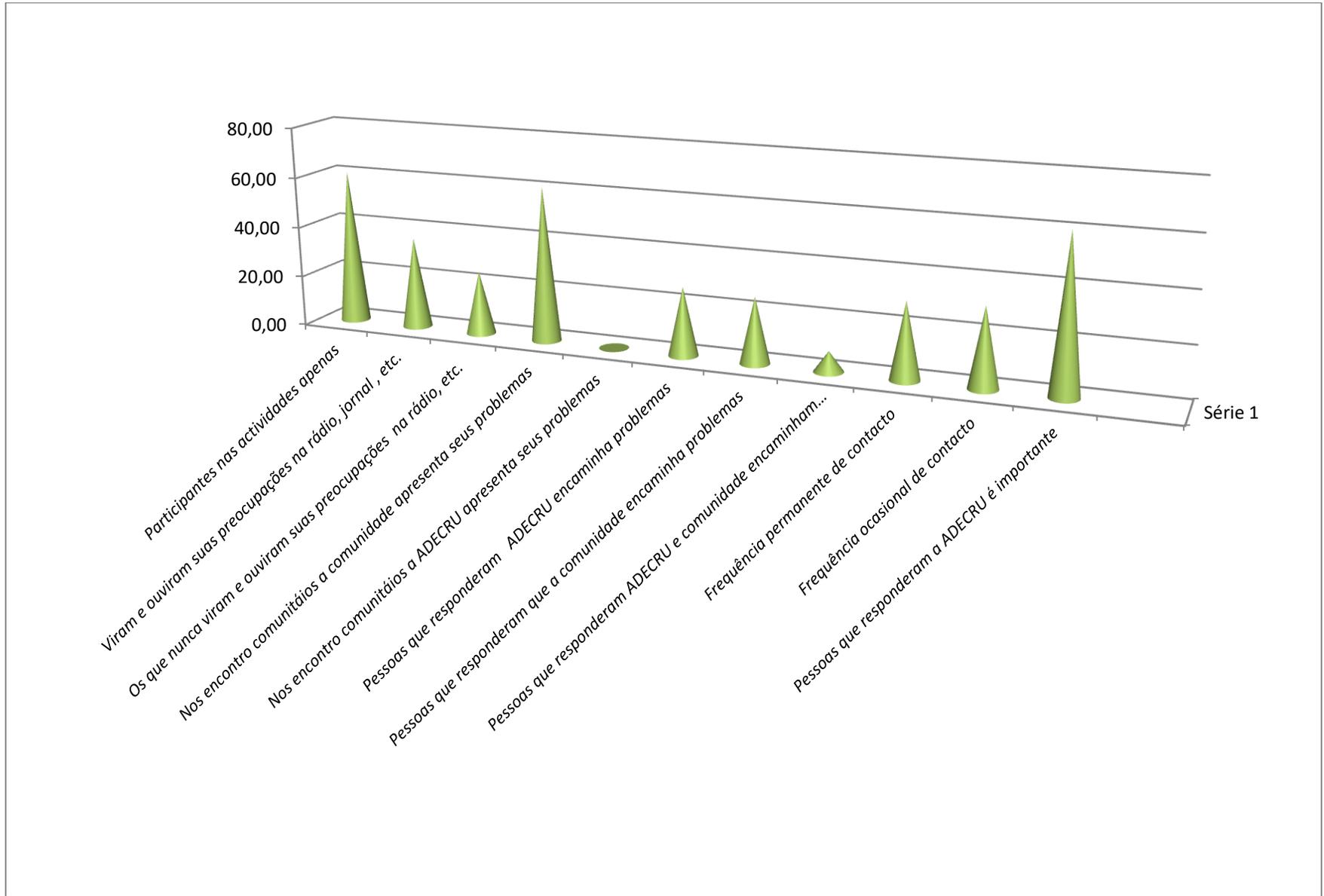


Gráfico 1: Dados colhidos nas entrevistas feitas a 61 pessoas de Sofala, Manica, Zambézia e Nampula.

O gráfico desenhado na página anterior reflecte os dados obtidos das 61 entrevistas feitas telefonicamente em quatro províncias, cujos números de telefone foram consultados na base de contactos da ADECRU. Na província de Nampula, foram entrevistadas 16 pessoas, 19 na Zambézia, 10 em Sofala e 16 em Manica. Esta aparente discrepância numérica deve-se à falta de telefones de alguns militantes desta organização. O critério da escolha destes entrevistados teve a ver com a facilidade de contacto com maior número de pessoas geograficamente dispersas pelas províncias.

Questionadas sobre a sua participação na planificação, execução, divulgação e avaliação das actividades, todos os entrevistados responderam que apenas participam na execução das actividades. Ou seja, não participam na planificação, divulgação e avaliação dos resultados.

Embora as comunidades desconheçam a razão principal da não participação na planificação, divulgação e avaliação dos resultados, das observações feitas durante a pesquisa, constatou-se que a ADECRU faz a planificação nos seus escritórios, na Cidade de Maputo, e mobiliza as pessoas telefonicamente para participarem nas actividades em suas comunidades (encontros, seminários, conferências, caravanas, etc.) e depois a equipe técnica regressa à Maputo onde faz, posteriormente, a divulgação e avaliação das actividades realizadas.

A localização geográfica da sede desta organização, a qual se encontra na Cidade de Maputo, concorre para o não envolvimento das comunidades rurais no processo de planificação, divulgação e avaliação das actividades, atendendo que a ADECRU ainda não tem nenhuma delegação nas províncias onde tem desenvolvido os seus trabalhos.

Observou-se, igualmente, que a ADECRU nem sempre faz a avaliação das suas actividades e os únicos meios de divulgação dos resultados são *blog*, *website* e *facebook* institucionais, e as comunidades não são informadas.

A participação das comunidades apenas na execução das actividades demonstra que há um limitado espaço de expressão democrática, visto que não há um envolvimento cabal desde a planificação, até a avaliação dos resultados.

Das 61 pessoas questionadas sobre se já haviam visto e ouvido as suas preocupações a serem veiculadas na rádio, jornal, televisão, Internet, 36 responderam afirmativamente; porém, 25

responderam que não. Os meios usados foram à rádio e televisão convencionais; no entanto, os que nunca ouviram e muito menos viram dizem que deve-se à falta destes meios de comunicação.

Embora as comunidades rurais ainda tenham dificuldades no acesso às informações que lhes dizem respeito, a ADECRU tem publicado seus artigos através das suas plataformas digitais (website, blog e página do Facebook) e, uma vez a outra, as suas actividades têm merecido cobertura da *media* convencional, a título de exemplo, a TV Sucesso, Jornal O País, a Voz da América-VOA e Agência LUSA.

Com estes exemplos, percebe-se que as preocupações das comunidades algumas vezes são veiculadas, mas, devido à falta de aparelhos para o acesso, a população não consegue fazer o devido acompanhamento.

Segundo as pessoas entrevistadas, a população é que apresenta os seus problemas nos encontros e não a ADECRU. Não obstante, todos reconhecem que as suas acções comunitárias resultam da assessoria prestada por esta organização nos seus encontros comunitários. Este dado, segundo OTRE (2006, *apud* PERUZZO 1995, pág.7), resulta da comunicação popular cujo conteúdo olha para a realidade concreta e reivindica a construção de uma sociedade mais justa.

De acordo com os entrevistados, após a identificação de alguma preocupação ou problema, tanto a ADECRU assim como as comunidades ajudam a encaminhar os problemas ao Governo e aos diferentes árbitros. Das entrevistas, 27 pessoas responderam que a ADECRU é que encaminha os seus casos, 26 responderam que a comunidade é que o faz, porém, 8 pessoas defenderam que ambas as partes desempenham este papel de encaminhamento dos casos a diferentes árbitros.

As pessoas que responderam que a ADECRU é que encaminha os seus casos justificam que não estão habilitadas para tal efeito, pelo que deixam tudo sob a responsabilidade desta organização. No entanto, este dado revela que ainda prevalece o fraco envolvimento da comunidade no protagonismo da apresentação de suas demandas.

Embora haja esta aparente discrepância entre as comunidades e a ADECRU na apresentação das demandas, o certo é que as duas partes exercem este papel de apresentar os

diferentes problemas, consubstanciando as ideias de Peruzzo (1998, P.127), segundo as quais a comunicação popular tem como protagonistas o próprio povo e/ou as organizações a ele ligadas organicamente.

Quanto aos contactos entre a ADECRU e a população, constatou-se que são feitos de forma esporádica ou ocasional em casos de haver alguma preocupação da parte desta organização. Geralmente a ADECRU faz contactos quando estiver a organizar alguma actividade, facto que contraria os pressupostos da comunicação popular, porque a interacção deveria ser constante. Não obstante a falta da comunicação constante, as comunidades reconhecem o papel importante que esta organização desempenha no envolvimento das comunidades para o exercício da cidadania.

Na comunicação popular, o povo deve ser o protagonista nos dois polos: fonte/emissor e o receptor) e o centro das atenções; entretanto, no contexto da ADECRU, não se tem concretizado plenamente. Poucas pessoas acompanham as publicações por falta de meios de comunicação para tal efeito e muito menos são informadas. As comunidades são usadas como fonte e o centro das atenções, mas não como receptoras, e os contactos são ocasionais em função das actividades.

Embora a população sirva apenas de fonte, os conteúdos publicados colocam as preocupações das comunidades rurais no centro das atenções, facto que se consubstancia aos interesses da população e dos pressupostos fundamentais da comunicação popular. Esta constatação coaduna com as respostas dadas pelos entrevistados sobre o mesmo assunto.

No entanto, é interessante notar que as comunidades pelo menos têm a consciência da cidadania. Durante esta pesquisa, aferiu-se que a população, quando está nos encontros comunitários mesmo perante autoridades, apresenta as suas preocupações da vida comunitária independentemente da presença ou não da ADECRU.

4.2 Análise de Conteúdo dos Artigos Publicados pela ADECRU

Uma das componentes-chave da comunicação popular é a produção de artigos como meio de luta e visibilização das demandas da população em busca da materialização dos interesses e direitos da camada desfavorecida da sociedade.

Como produto de uma situação concreta, o seu conteúdo nos últimos anos é essencialmente composto por denúncias sobre as condições reais de vida, críticas às estruturas de poder geradoras das desigualdades, convite à participação e organização, reivindicações de acesso a bens de consumo colectivo, etc.

É neste contexto que se faz a análise dos artigos tendo em conta um dos objectivos específicos desta pesquisa, segundo o qual se propõe a verificar se os conteúdos publicados pela ADECRU são de carácter de denúncia das condições reais de vida das comunidades rurais.

Igualmente, uma das hipóteses deste estudo leva a se apurar se os conteúdos publicados pela ADECRU são ou não de carácter de denúncia das condições reais de vida das comunidades rurais, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo colectivo.

Como foi referido, com vista a se alcançar o objectivo específico e comprovar ou não a hipótese acima apresentada, usou-se a técnica de análise de conteúdo.

A tabela que se segue diz respeito a duas categorias (**Expressão de um contexto de luta e Conteúdo crítico-emancipador**) de análise dos artigos publicados pela ADECRU no seu website e blog: www.adecru.org.mz; www.adecru.wordpress.com.

Tabela 2: Manchetes dos 11 artigos analisados, com as respectivas categorias, segundo PERUZZO (1998, P.119)

(Todos artigos foram elaborados e publicados pela ADECRU nas suas plataformas digitais, Website, Blog e Facebook)

N.º	Títulos/Manchetes	Categorias e conteúdos dos Artigos	
		Expressão de um contexto de luta	Conteúdo crítico-emancipador
1	Governo e Kenmare Resources Promovem Destruição do “Património Cultural e Histórico” da Comunidade de Topuito no Norte de Moçambique	<p>“Os residentes desta comunidade estão indignados pela ocupação e destruição do monte Filipe sem o seu consentimento. Para eles, este lugar constitui um “património cultural e histórico” de invocação espiritual dos seus antepassados.”</p>	<p>“Face a todos esses problemas, a população decidiu fazer uma carta a Kenmare onde apontou todas as suas exigências com destaque para o reassentamento com disponibilidade a água potável, energia, casas, campo de futebol 11, direito a alimentação por cinco anos, mas até hoje diz não haver nenhuma resposta da parte desta empresa.”</p>
2	Comunidades de Chipindaumue e Nhamaturi exigem fim das plantações florestais da Portucel	<p>“As comunidades de Chipindaumué e Nhamaturi do distrito de Gondola em Manica exigem a paralisação das actividades da Portucel Moçambique devido às diversas injustiças sociais causadas por esta empresa.”</p>	<p>“As comunidades voltaram a ter mais uma ronda de conversações esta Segunda-feira,13, com os líderes comunitários e a direcção da Portucel na qual a população mais uma vez negou a presença da empresa ao passo que os trabalhadores sazonais da</p>

			Portucel manifestaram seu interesse de ver a empresa a operar a fim de ter emprego.”
3	População de Parei Exige Devolução de suas Terras Usurpadas pela Portucel Moçambique	“A população da comunidade de Parei, no distrito de Ile, na Zambézia, está de costas voltadas contra a empresa de plantações de eucaliptos, Portucel Moçambique. Em causa está a ocupação de terras sob promessas de melhoria de suas vidas.”	“Em Setembro deste ano, ADECRU trabalhou nas comunidades de Nhamauture, Chinpindaumue, Munene, Bundi e Matica na província de Manica onde evidenciou in loco as diversas injustiças cometidas pela Portucel à população entregue a sua sorte pelo governo.”

4	<p>Atingidos pela Vale Bloqueiam e Forçam a Paralisação da Mina em Moçambique</p>	<p>“Junto dos escritórios da Vale, as famílias solicitaram um encontro urgente com os responsáveis desta empresa para negociação, com vista ao cumprimento imediato dos acordos de indemnização e compensação firmados com a Vale. Porém, uma vez mais, com arrogância e desprezo, a Vale ignorou o pedido das famílias reassentadas, optando pelo silêncio e mais tarde por enviar funcionários subalternos e solicitar intervenção da Polícia.”</p>	<p>“As famílias atingidas e reassentadas pela Vale reivindicam uma indemnização e compensação justa pela retirada da sua principal fonte de renda, relativa a actividade de olaria de fabrico de tijolos (blocos) queimados e a disponibilização imediata de áreas e fontes alternativas de geração de renda.”</p>
---	--	---	--

5	<p>Plantações Florestais da Portucel Ameaçam a Segurança Alimentar nas Comunidades do Distrito de Namarrói, na Zambézia</p>	<p>“... a empresa Portucel, que está investir em plantações florestais de eucaliptos nas províncias de Manica e Zambézia, é acusada, por comunidades camponesas, de estar a invadir e arrancar ilegalmente as machambas dos camponeses, de estar a “sequestrar” seus recursos naturais, que constituem seus bens e patrimónios culturais e, de estar a colocar em causa a segurança alimentar nas comunidades de Macrinca, Makuala, Mutaliua e Kampa no distrito de Namaroi, na província da Zambézia.”</p>	<p>“Para a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), os avanços dessas plantações sobre os territórios das comunidades camponesas suscitam conflitos, para além de que, os mesmos colocam em causa as práticas nativas quer de âmbito cultural ou agrícola.”</p>
6	<p>Famílias Atingidas Forçam Diálogo com a Vale e Prometem Endurecer a Luta</p>	<p>“Após dois dias de intensos protestos e da paralisação de todas as actividades do “Projecto Carvão Moatize”, a Vale viu-se forçada a dialogar com as famílias que prometeram endurecer a luta caso não sejam urgente e integralmente satisfeitas as suas reivindicações.”</p>	<p>“A ADECRU receia que os encontros agendados se convertam em espaços de manipulação de consciências, aliciamento ou intimidação e perseguição dos representantes das 1365 famílias, muitas vezes chamados por “cabecilhas”. Teme ainda que a propalada negociação seja apenas uma</p>

			estratégia de <i>marketing</i> da Vale, propaganda enganosa e cosmética com vista ao seu reposicionamento no mercado global.”
7	Governador de Tete Acusado de Ameaçar e Intimidar Famílias Atingidas pela Vale	<p>“... as famílias questionam a posição do Governo de Tete: “Porque é que o Governo continua a defender a Vale? Porque é que o Governo está a nos forçar para que aceitemos a reabilitação que aos olhos de todos nós já esta comprovado que é uma fraude? Denunciamos as ameaças e postura inaceitável do Governador de Tete. Um Governador digno desse nome não pode aceitar ser usado pela Vale como “bandido” para intimidar o mesmo Povo que pretende representar e governar”.</p>	<p>“A Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU tem recebido, com muita preocupação e profunda indignação, as graves denúncias de ameaças e intimidação que têm sido protagonizadas por membros do Governo Provincial de Tete e pela própria Vale, muitas vezes com recurso a Polícia da República de Moçambique-PRM, contra famílias indefesas, atingidas e reassentadas pela Vale, na Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro na Vila de Moatize e na Região de Cateme que reivindicam pacificamente seus direitos.”</p>

8	<p>Camponeses Acusam Candidatos à Presidência da República de Marginalizarem a Agricultura Camponesa</p>	<p>“Mais de 250 camponeses de todo o país reunidos na sua III Conferencia Internacional Camponesa sobre a Terra, realizada nos dias 1 e 2 de Outubro com objectivo de aprofundar o debate público e democrático sobre os desafios estruturais da agricultura, denunciam os manifestos dos candidatos à presidente da república que ignoram e marginalizam a agricultura camponesa em benefício da agronegócio (agricultura de grande escala).”</p>	<p>“Os camponeses apontam que a entrada desses investimentos empurram as comunidades para terra inférteis, desestruturam o tecido social, destroem os meios de vivência das comunidades, levando ao aumento da pobreza.”</p>
9	<p>Poluição do Porto Seco de Carvão da JINDAL Atinge 30 mil Pessoas em Moçambique</p>	<p>“A população da província de Tete e as organizações da sociedade civil nacionais e estrangeiras têm denunciado o silêncio e a cumplicidade das autoridades moçambicanas com as empresas multinacionais que exploram e protagonizam o saque dos recursos naturais do País, que continua com mais de 50% da sua população vivendo na extrema miséria. Igualmente denunciam as arbitrariedades e brutalidades das forças</p>	<p>“Os megaprojectos de mineração não provocam apenas deslocamentos e reassentamentos forçados das famílias camponesas em Tete.”</p>

		<p>especiais e aos agentes dos serviços de informação e segurança dos Estado que são accionadas pelas empresas mineiras e por autoridades governamentais para reprimir os protestos e reivindicações das famílias sujeitas aos impactos nefastos da actividade mineira.”</p>	
10	<p>Nova Aliança do G8 Atinge e Usurpa Terra e Água de 50 mil Pessoas em Moçambique</p>	<p><i>“Disseram-nos que devíamos abandonar nossas casas, machambas, atravessar o Rio Nataleia e viver na outra margem para dar este lugar a Mozaco. Nós não aceitamos abandonar as nossas terras para dar a esses brancos.</i> Disse uma mãe, muito agastada.</p> <p>Dada a resistência das cerca de 4.000 famílias da Comunidade de Natuto, segundo informações apuradas pelos militantes da ADECRU no Corredor de Nacala, a Mozaco e as autoridades governamentais de Malema dirigiram-se a</p>	<p>“10 mil famílias camponesas são vítimas da mais agressiva e imperialista iniciativa do Grupo dos oito países com economias consideradas mais desenvolvidas do mundo (G8) no continente africano. Lançado em Abril de 2013, a Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional já lidera um dos maiores processos de penetração, usurpação e concentração de terras e controlo das principais regiões geoestratégicas e agro-ecológicas de Moçambique,</p>

		Comunidade de Namipaca, Localidade de Nioce, Posto Administrativo de Canhunha em busca de 10.000 hectares de terra adicionais, numa área habitada por mais de 4.000 famílias de camponeses que vivem nela há gerações de anos.”	detentoras de mais de 70% das potencialidades das riquezas naturais e do subsolo do país, situadas nos Corredores de Desenvolvimento da Beira, Nacala e Vale do Zambeze para torna-los em regiões de fluxo de capitais e exportação de produtos primários para os mercados globais.”
11	População de Meparara e Namacula está de costas voltadas contra Lúrio Green Resources em Nampula	“Neste momento todas as famílias que viram suas machambas e terras ocupadas pela Green com indemnizações duvidosas e inacabadas clamam pela transparência, justiça e respeito pelos seus direitos.”	“Enquanto o Governo de Moçambique vê os megaprojectos e grandes empresas de agronegócio como a melhor alternativa para alavancar o desenvolvimento imediato do País, a população dos povoados de Meparara, Melola e Namacula na província de Nampula, que está sentir na pele a actuação das multinacionais, sufoca-se com o avanço das plantações de eucaliptos da empresa Lúrio Green Resources. Em causa está a falta de

		indemnizações justas e transparência no processo de ocupação de suas terras.”
--	--	---

Com base na **Tabela 2**, no que diz respeito à **expressão de um contexto de luta** a qual se desenvolve no âmbito da educação popular libertadora, ligada à luta do povo contra a degradação das condições de existência e pela defesa da vida, no quadro das actividades da ADECRU, os dados colhidos da análise de conteúdos dos artigos indicam que a educação popular tem sido feita por meio das oficinas comunitárias, caravanas, debates e encontros de convergência (onde se tem reunido pessoas de diferentes comunidades provenientes de diversas províncias do País) e formações em educação política. A ADECRU aproveita esses espaços para projectar os seus vídeos-documentários e apresentar as suas pesquisas ou estudos de caso, com vista a evidenciar os reais problemas das comunidades rurais.

Os 11 artigos analisados são de carácter de denúncia das condições reais de vida das comunidades rurais apesar de a população não poder se inteirar ou acompanhar efectivamente. Desses artigos, as principais temáticas abordadas foram: a usurpação de terras pelas empresas de plantações florestais, poluição atmosférica, destruição do património cultural e histórico e violação dos direitos humanos pelas empresas mineradoras em Tete e Nampula, consubstanciando os argumentos de OTRE 2006, *apud* PERUZZO 1995, pág.7, segundo os quais a comunicação popular é portadora de um conteúdo da realidade e reivindica a construção de uma sociedade mais justa. Como produto de uma situação concreta, o seu conteúdo é essencialmente composto por denúncias sobre as condições reais de vida, críticas às estruturas de poder geradoras das desigualdades, convite à participação e organização, reivindicações de acesso a bens de consumo colectivo, etc.

Adicionalmente, essas temáticas espelham os objectivos estatutários da ADECRU que se fundamentam na defesa e “luta pelos direitos, interesses e aspirações genuínas das comunidades rurais para o controlo e domínio colectivo de terras, água, riquezas naturais e patrimónios culturais e históricos comuns dos povos” (*Plano Estratégico 2016-2020 da ADECRU*).

Os conteúdos das publicações da ADECRU reflectem expressões no contexto de luta e são críticos tendentes a emancipar as vítimas (comunidades rurais afectadas pelo avanço dos mega-projectos), na medida em que procuram despertar as atenções das autoridades competentes para intervirem na correcção dos actos nefastos e impactos negativos destes programas de desenvolvimento.

Embora as comunidades não participem na produção e publicação dos artigos, nota-se que a ADECRU coloca as atenções na população que tem sido vítima dos diversos impactos negativos, facto que se consubstancia a comunicação popular.

CONCLUSÃO

A luta pela defesa dos direitos e interesses da camada desfavorecida constitui o principal fundamento da comunicação popular. Esta comunicação, feita de, entre e para a população, procura dar voz aos sem voz, evidenciando as suas preocupações e demandas por melhores condições de vida. Já os meios de comunicação de massa convencionais movidos pelos interesses financeiros pouco fazem para lidarem com os problemas das comunidades rurais das zonas recônditas do País.

Difícilmente a *media* convencional procura denunciar as péssimas condições de vida do campesinato disperso por todo o País adentro, daí que a comunicação popular da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU procure se inteirar dos problemas quotidianos da população desfavorecida.

Tal como foi referido, o objectivo geral desta pesquisa foi de analisar em que medida a ADECRU faz uso dos princípios norteadores da comunicação popular no decurso das suas actividades nas comunidades rurais.

Com base na análise dos dados da pesquisa, confirma-se a hipótese segundo a qual os conteúdos publicados pela ADECRU (nas suas plataformas digitais) são de carácter de denúncia das condições reais de vida das comunidades rurais, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo colectivo de acordo com os artigos jornalísticos analisados.

Embora a comunicação desenvolvida pela ADECRU seja de carácter popular, a mesma carece de uma política e estratégia de comunicação e meios próprios, para que sejam adicionados às redes sociais que esta organização dispõe. Por exemplo, estação televisiva e radiofónica poderá emitir em línguas locais, isto porque as redes sociais ainda não são de domínio comum entre as comunidades rurais.

As comunidades rurais que se têm beneficiado das actividades da ADECRU poucas vezes consomem as publicações desta organização devido à falta de meios de comunicação adequados, e muito menos usufruem das redes sociais que esta organização dispõe (Website, Blog e

Facebook), facto que confirma a hipótese segundo a qual as comunidades rurais ficam à margem do protagonismo no processo de elaboração e consumo das publicações da ADECRU.

As comunidades são envolvidas na execução das actividades apenas e não na planificação, divulgação e a posterior avaliação dos resultados divulgados, facto que retira o espaço de expressão democrática da população. Desta feita, confirma-se parcialmente a hipótese segundo a qual o público-alvo das actividades da ADECRU tem dificuldades em participar de forma activa na planificação, execução, avaliação e divulgação dos resultados das actividades desenvolvidas por esta organização nas comunidades rurais.

Dado importante que se evidenciou durante a pesquisa tem a ver com a consciência de responsabilidade que a população tem na apresentação dos seus problemas nos encontros comunitários e não a ADECRU.

Apesar do reconhecimento que a população tem no protagonismo da apresentação dos seus problemas nos encontros comunitários, durante a pesquisa constatou-se que esse papel que a comunidade desempenha termina na comunidade simplesmente. A população ainda não é a verdadeira protagonista na apresentação dos seus problemas às entidades competentes, tais como o Governo local, empresas ou outros árbitros, visto que para a comunidade quem tem poder para tal efeito é a ADECRU.

Por fim, em termos gerais, conclui-se que a pesquisa mostra que a ADECRU precisa de aprimorar a sua forma de interacção com as comunidades, do ponto de vista de estratégias, meios e técnicas de comunicação popular, bem como alargar mais o espaço de participação activa do público-alvo em todas as etapas de projectos de desenvolvimento comunitário: organização, diagnóstico, prognóstico, planificação, execução, controlo, divulgação e avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia e Referências Documentais

- FESTA, Regina. *Comunicação Popular e Alternativa - Realidade e as Utopias*, Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo, 1984.
- GERHARDT, Tatiana, Engel e SILVEIRA, Denise, Tolfo. *Métodos de Pesquisa*. Brasil. 2009;
- HOMERIN, Janaína. *Sociedade Civil em Moçambique: Actores Em Movimento*. Cidade de Maputo; 2005.
- KAPLÚN, Mário. *El Comunicador Popular*. Quito: CIESPAL, 1985.
- LAVILLE, Christiane e DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: Manual de Metodologia de Pesquisa em Ciências Humanas*; S. Paulo, Brasil; 1999
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. «*O que é Cidadania?*» São Paulo: Brasiliense:1993.
- MARCONI, Marina, de Andrade e LAKATOS, Eva, Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª edição, S. Paulo, 2003.
- OTRE, Maria Alice Campagnoli. *Comunicação Popular e Intelectuais pela Transformação Social* – Intercom, Alaic e UCBC. Brasil, 2006.
- PERUZZO, Cecília M. Krohling. *Comunicação nos Movimentos Populares: a Participação na Construção da Cidadania*. Brasil, 1998.
- PERUZZO, Cecília M. Krohling. *Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária Revisitados*. Reelaborações no sector; Brasil, 2008.
- REIMBERG, Cristiane. *A comunicação popular como ferramenta para a construção da cidadania*. Brasil; 2000.
- RIBEIRO, Mário; CUNHA, Nuno. *Efeitos Urbanos das ONG's*. Brasil, 2002.
- SOGGE, David: *Moçambique. Perspectivas e o Sector Civil*. Portugal.1997.
- PLANO Estratégico 2016-2020 da ADECRU.

Webgrafia

ADECRU. Atingidos pela Vale Bloqueiam e Forçam a Paralisação da Mina em Moçambique. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em <http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/slider1/51-atingidos-pela-vale-bloqueiam-e-forcam-a-paralisacao-da-mina-em-mocambique>.

ADECRU. Camponeses Acusam Candidatos à Presidência da República de Marginalizarem a Agricultura Camponesa. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em <https://adecru.wordpress.com/2014/10/06/camponeses-acusam-candidatos-a-presidencia-da-republica-de-marginalizarem-a-agricultura-camponesa/#more-276>.

ADECRU. Comunidades de Chipindaumue e Nhamaturi exigem fim das plantações florestais da Portucel. Acessado aos 20 de Julho de 2018, em <http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/atualidade/149-comunidades-de-chipindaumue-e-nhamaturi-exigem-fim-das-plantacoes-florestais-da-portucel>. Acesso em Agosto de 2018.

ADECRU. Famílias Atingidas Forçam Diálogo com a Vale e Prometem Endurecer a Luta. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em <https://adecru.wordpress.com/2013/04/19/familias-atingidas-forcam-dialogo-com-a-vale-e-prometem-endurecer-a-luta/#more-141>.

ADECRU. Governo e Kenmare Resources Promovem Destruição do “Património Cultural e Histórico” da Comunidade de Topuito no Norte de Moçambique. Acessado aos 20 de Julho de 2018, em <http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/slider1/122-governo-e-kenmare-resources-promovem-destruicao-do-patrimonio-cultural-e-historico-da-comunidade-de-topuito-no-norte-de-mocambique>.

ADECRU. Governador de Tete Acusado de Ameaçar e Intimidar Famílias Atingidas pela Vale. Acessado aos 20 de Julho de 2018, em <https://adecru.wordpress.com/2013/04/27/governador-de-tete-acusado-de-ameacar-e-intimidar-familias-atingidas-pela-vale/#more-156>. Acesso em Julho de 2018.

ADECRU. Plantações Florestais da Portucel Ameaçam a Segurança Alimentar nas Comunidades do Distrito de Namaroi, na Zambézia. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em <http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/slider1/50-plantacoes-florestais-da-portucel-ameacam-a-seguranca-alimentar-nas-comunidades-do-distrito-de-namaroi-na-zambezia>.

ADECRU. Poluição do Porto Seco de Carvão da JINDAL Atinge 30 mil Pessoas em Moçambique. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em <https://adecru.wordpress.com/2015/02/04/poluicao-do-porto-seco-de-carvao-da-jindal-atinge-30-mil-pessoas-em-mocambique/#more-297>.

ADECRU. População de Parei Exige Devolução de suas Terras Usurpadas pela Portucel Moçambique. Acessado aos 20 de Julho de 2018, em <http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/slider1/133-populacao-de-parei-exige-devolucao-de-suas-terras-usurpadas-pela-portucel-mocambique>.

ADECRU. População de Meparara e Namacula está de costas voltadas contra Lúrio Green Resources em Nampula. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em <https://adecru.wordpress.com/2016/12/28/populacao-de-meparara-melola-e-namacula-esta-de-costas-voltadas-contralurio-green-resources-em-nampula/#more-675>.

ADECRU. Nova Aliança do G8 Atinge e Usurpa Terra e Água de 50 mil Pessoas em Moçambique. Acessado aos 20 de Julho de 2018, em <https://adecru.wordpress.com/2015/03/01/nova-alianca-do-g8-atinge-e-usurpa-terra-e-agua-de-50-mil-pessoas-em-mocambique/#more-305>. Acesso em Julho de 2018

ADECRU. Governo e Kenmare Resources Promovem Destruição do “Património Cultural e Histórico” da Comunidade de Topuito no Norte de Moçambique. Acessado aos 20 de Julho de 2018, em <http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/slider1/122-governo-e-kenmare-resources-promovem-destruicao-do-patrimonio-cultural-e-historico-da-comunidade-de-topuito-no-norte-de-mocambique>.

Diário Notícias/Lusa. Camponeses recebem aumento de Pobreza em áreas de megaprojectos em Moçambique. Acessado aos 20 de Julho de 2018, em <https://www.dn.pt/lusa/interior/camponeses-recebem-aumento-de-pobreza-em-areas-de-megaprojetos-em-mocambique-8913987.html>.

O País. Comunidades de Chipindaumue e Nhamaturi exigem fim das plantações florestais da Portucel. Acessado aos 29 de Agosto de 2018, em <http://opais.sapo.mz/populacao-de-gondola-exige-paralisacao-de-actividades-da-portucel>.

RABELO, Rernata. *Amostragem*. Curso de Fisioterapia – Faculdade Santo António, Baía. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABNXgAD/amostragem>>. Acesso em Dezembro de 2017.

Tv Sucesso. Reportagem Megaprojectos e seus Impactos. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em https://www.youtube.com/watch?v=P10UsqL8AJ0&index=3&list=PLMGaQDUSwc6m_v0zeMOBiaDQ4VtVE5Khw&t=46s.

Tv Sucesso. A vida nas Minas. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em https://www.youtube.com/watch?v=snEU3o02VaE&list=PLMGaQDUSwc6m_v0zeMOBiaDQ4VtVE5Khw&index=1

Tv Sucesso. Mudanças Climáticas em Debate. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em https://www.youtube.com/watch?v=qgimLtyenZI&index=2&list=PLMGaQDUSwc6m_v0zeMOBiaDQ4VtVE5Khw.

VOA. Camponeses alertam aumento de Pobreza em Moçambique. Acessado aos 21 de Julho de 2018, em <https://www.voaportugues.com/a/camponeses-alertam-aumento-pobreza-mocambique/4113087.html>.